



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1978

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e tendo em vista que há bastante tempo se encontra em condições de funcionamento a unidade hospitalar construída pelo FUNRURAL, na cidade de Palmeira, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Líbero Massari, MD. Presidente do FUNRURAL, no sentido de que sejam tomadas providências para serem ativados os serviços hospitalares pelo citado hospital, a fim de que seus objetivos sejam cumpridos, considerando-se, além do mais, a necessidade da assistência nesse campo aos agricultores associados do FUNRURAL naquele município.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1978.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença nas galerias de honra deste Plenário, do Sr. Ari Gaglicioli acompanhado de sua Ex.ma esposa e filha.

Aos ilustres visitantes, desejamos uma feliz estada nesta Casa e nesta cidade de Curitiba.

Com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já se tornou rotina na vida de cada Deputado que percorre o interior do Estado e mesmo, agora nas visitas que recebe em seu gabinete, a frequência de estudantes que apelam para os representantes populares, tendo em vista as dificuldades cada vez mais crescentes que a chamada Rede Estadual de Ensino Superior vem impondo aos estudantes do 3º grau e às suas famílias.

Agora mesmo, Sr. Presidente, a Universidade Estadual de Maringá pode observar um movimento interno, entre seus estudantes, cujo desfecho não teve, seguramente, o aparato que teve na Universidade Estadual de Londrina, mas, as autoridades do setor chegaram ao ponto de tentar impedir que os órgãos representativos acadêmicos pudessem levar adiante um movimento pelo congelamento da anuidade, e de taxas de matrícula.

Sr. Presidente, é hora de se perguntar: como pode uma família de um trabalhador sonhar, sequer, com o ingresso e o acesso de um filho seu a um dos bancos das Faculdades da Rede Estadual de Ensino, porque, Sr. Presidente, com o aumento já configurado, já previsto e já determinado pelas Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, agora, a Universidade que já havia deixado de ser sonho do homem trabalhador, passa a ser também, apenas um sonho da família da classe média, passando a ser puro privilégio daqueles beneficiados e bafejados talvez pela sorte, mas, muito mais, pela engrenagem da máquina burguesa que está concentrando rendas, que está concentrado favores e, assim, está criando, neste País, uma camada de privilegiados, em cima e com o sacrifício da grande massa de produção deste País?

Não entendo, Sr. Presidente, como a Rede Estadual de Ensino Superior possa oferecer um curso para o filho do trabalhador, como o Curso de Agronomia, como o Curso de Zootecnia, exigindo, por cabeça, a importância de Cr\$ 2.600,00, a título de mensalidade e, com esta famigerada reforma do ensino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com duas matrículas anuais a matrícula de janeiro, e a matrícula de junho, custando, cada uma, uma taxa adicional de um mil cruzeiros por mês.

Assim é que, um curso como o de Agronomia, na Universidade de Maringá, ou na Universidade de Londrina, passa a custar, só de taxas, a importância de 22.200 cruzeiros por ano, tornando totalmente impossível o acesso de qualquer filho de trabalhador, e tornando muito difícil, quase impossível, o acesso de qualquer filho de classe média às Universidades de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa.

Quem dera, Sr. Presidente, que esta legião de estudantes que vem procurando os Deputados, nas suas cidades de origem e em seus gabinetes, pudessem, estes estudantes, ter o acesso para procurar o ex-Ministro da Educação e da Cultura e nomeado Interventor Federal do Paraná, General Ney Braga, para que, este General-Governador, que até ontem era nosso General Ministro da Educação, como até anteontem havia sido nosso General Ministro da Agricultura, possa sentir, de perto, o drama porque passam os acadêmicos das Universidades Estaduais do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado do Paraná", edição de hoje, publica, na sua página segunda, um artigo desta extraordinária figura da sociedade paranaense, que é D. Flora Munhoz da Rocha, sob o

título "QUE DEUS O ABENÇOE, ALI BARK".

Sr. Presidente, eu sou avaro à leitura de artigos de jornais, desta tribuna, mas, para que conste dos Anais da Casa, procederei rapidamente a leitura deste artigo e a ele me associo, Sr. Presidente, porque, poucas são as pessoas neste Paraná, que não conhecem o jornalista Ali Bark, uma das maiores figuras humanas que encontrei na minha vida, um homem cuja sensibilidade o levou, sempre, a gestos de extrema nobreza.

Hoje todos nós sabemos que ele guarda o leito, vítima de uma enfermidade que já, vem se alongando há algumas semanas. Contristados com este fato, nós nos associamos à D. Flora, quando ela diz:

"Que Deus o abençoe por ser o mais amigo, o melhor filho, o grande generoso, o que sempre está dando alguma coisa a alguém e, dando mais do que tem; que Deus o abençoe, pelas homenagens que presta aos seus conterrâneos, pela sua solidariedade humana, por tantos benefícios espalhados, por enaltecer os amigos, sem tréguas, por cultivar a palavra Amizade, por doar-se, sem esperar retribuição, por fechar os olhos diante das limitações humanas, por ser um grande sentimental, pelas boas intenções, pelo destemor quando há luta. Pela assistência aos humildes. Pela abnegação constante. Pelo sacerdócio que fez de sua vida.

Que Deus o abençoe pela sua bondade sem limite. Por só saber ser leal. Pelas dedicações extremas. Pelo entusiasmo com que leva adiante um propósito. Por não esmorecer diante das dificuldades.

Que Deus o abençoe pela sua fé na vitória da justiça. Pela sequência de palavras boas. Por não precisar nunca pedir desculpas, por não precisar nunca pedir perdão.

E nós, seus milhões de amigos, temos a lhe dizer que você, Ali, é uma presença constante no pensamento desta legião de paranaenses que lhe dedica afeto incondicional.

Nós, seus milhões de amigos, pedimos a Deus que lhe devolva a saúde com urgência e preserve sua felicidade pessoal.

Nós, seus milhões de amigos, o abraçamos pela entrada do novo ano dizendo em coro: "queremos, Ali Bark, o melhor para você." — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, não muito recente, há alguns meses atrás, quando predominava no Paraná aquela onda que inventaram sobre a peste suína que, aliás, da mesma maneira que veio foi embora, ninguém sabe se realmente existe ou existiu, ou deixou de existir, a peste suína, visitando a região Sudoeste do Paraná e conversando com os suinocultores, alguns deles me disseram uma frase bastante curiosa, disseram o seguinte, que o brasileiro em quase todos os assuntos, por mais sério que ele seja, sempre ele procura uma forma de expressar, assim, com ironia, os acontecimentos. Mas, com ironia ou não, a verdade é que alguma verdade tinha na frase daquele lavrador que encontrando comigo, numa reunião, me disse o seguinte:

"O agricultor hoje, realmente, está numa situação difícil; de um lado ele tem Jesus Cristo contra ele, com o problema da seca, com o problema da peste, uma série de coisas; do outro lado, ele tem o Governo. Então, ele não sabe o que deve fazer."

O interessante nisso tudo, é que Jesus Cristo já fez as pazes com o agricultor do Paraná — as chuvas abundantes, o tempo promissor que aí está, faz antever já, uma safra realmente extraordinária, talvez a maior, dos últimos anos do Estado do Paraná.

Agora falta o nosso governo fazer realmente, as pazes com o agricultor do Paraná, não do Paraná mas do Brasil todo.

Terça-feira passada, eu tive a oportunidade de ir à Brasília numa audiência que solicitamos ao Sr. Ministro da Agricultura, e exatamente na hora em que chegamos no Ministério da

Agricultura, há uma semana atrás, o Ministro estava dando uma entrevista coletiva à imprensa, sobre a agricultura brasileira. E a gente viu os repórteres saírem de dentro da sala do Gabinete do Ministro, alguns rindo, outros até ironizando a entrevista, e no dia seguinte, de manhã cedo, na quarta-feira ainda, lá em Brasília, tivemos a oportunidade de comprar os jornais de Brasília, e quase todos eles traziam em manchete de primeira página, exatamente a entrevista que o Ministro da Agricultura tinha dado no dia anterior. E a manchete dos jornais de Brasília, quase em todos os jornais, dizia o seguinte:

"Ministro da Agricultura afirma: Agricultor no Brasil é feito à cacetada."

Realmente, depois de uma afirmativa desta, do próprio Ministro da Agricultura, com respeito ao setor agrícola, a gente fica até, de uma certa forma, meio distante de qualquer reivindicação que se possa fazer, quando a agricultura, que como todos nós sabemos, é a base de todo o País, por mais desenvolvido que seja, no nosso então, nem se fala, onde a agricultura participa com maior percentagem da receita bruta nacional, e mesmo assim uma agricultura tratada e sendo feita a porretadas ou à cacetada. Mas, mesmo com este espírito hoje, que predomina sobre a agricultura brasileira, e nós temos certeza que o ano que vem, quando se arrochar um pouco mais, a economia nacional, com a desculpa do aumento do petróleo, temos certeza absoluta que o setor mais afetado, onde o arrocho será melhor, será exatamente, em cima do agricultor brasileiro. Do agricultor brasileiro, que o ilustre Ministro da Fazenda, não cansa de afirmar, que é o responsável pela inflação que nós temos no Brasil hoje.

E a gente chega à seguinte conclusão: então, para terminar a inflação no Brasil, já que a agricultura é a culpada, era simples, é só acabar com a agricultura brasileira, e nós não teríamos inflação no Brasil, liquidava o assunto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos na véspera, novamente, de um plantio de trigo, apesar de que isso vai lá pelo mês de abril e maio. Mas está na oportunidade de pleitear junto ao governo brasileiro, preços mínimos para esse produto, não só para o trigo, como para a própria cevada que ainda não tem um preço mínimo, se o preço do trigo não é estimulante, mas o da cevada é muito menos.

E ainda hoje, lendo jornais do Estado de São Paulo, tivemos oportunidade de verificar que a Federação das Cooperativas brasileiras, de trigo e soja do Rio Grande do Sul, a FECO-TRIGO está pleiteando junto ao Governo brasileiro, mais propriamente, ao setor econômico do governo, um preço mínimo para a saca de 60 quilos de trigo, no valor de 387 cruzeiros e 68 centavos.

Por outro lado, nós temos um trabalho da OCEPAR, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, que faz exatamente um levantamento minucioso sobre a previsão do custo de produção do trigo, safra 78-79; e, para se ter uma idéia do trabalho criterioso e honesto com que as cooperativas do Paraná fizeram este levantamento, foram estabelecidos os seguintes pontos:

— os meios de produção, capital fundiário, melhoramentos fundiários, capital de exploração fixo, capital de exploração circulante, de composição do custo de produção como máquinas, implementos, benfeitorias, insumos, transporte, outros custos variáveis, juros sobre o capital de giro em custos fixos, mão-de-obra, outros custos fixos, juro sobre o capital fixo, demonstrativo sobre o custo de produção do trigo, previsão da safra 78-79, demonstrativo do custo por operação por hectare, demonstrativo do custo de horário das máquinas e implementos, demonstrativo do custo anual das benfeitorias, estimativa do tempo de execução das operações por hectares e coeficientes técnicos, estimativa da utilização em horas-ano de máquinas e implementos, por hectares, estimativa de vida útil das máquinas, implementos e benfeitorias.

Realmente, um trabalho de trinta páginas que não precisa ser técnico, qualquer leigo poderá verificar o critério que a OCEPAR e as cooperativas filiadas e centrais do Paraná, fizeram para chegar a um custo de produção, tanto do trigo, quanto da cevada. Este custo de produção, pela OCEPAR, está em torno de 339 cruzeiros e 19 centavos. O preço da cevada, o preço de custo da produção, 276 cruzeiros e 18 centavos. Isto, o preço bruto. Se levarmos em consideração ainda que o Estatuto da Terra, de fins de 1964, do saudoso Presidente Castelo Branco, fixa, como lucro mínimo para o agricultor-produtor, pelo menos 30 por cento sobre o custo de produção, isto quer dizer, que o Estado do Paraná, para se ter um preço mínimo do trigo, realmente condizente com a situação da agricultura paranaense, precisaria de um preço mínimo estabelecido de 440 cruzeiros e 94 centavos, e de 359 cruzeiros e 3 centavos, para a cevada.

Ainda hoje, quando estávamos fazendo os termos comparativos entre as reivindicações do Rio Grande do Sul e as reivindicações da COPEAR, e com uma diferença oscilante de 53 cruzeiros e 25 centavos por saca de trigo, — o Rio Grande do Sul acha que o preço deve ser menos que o Paraná, em relação ao trigo, ainda tivemos a oportunidade de nos dirigir à OCEPAR exatamente para tirar esta dúvida que estava ocorrendo. E foi nos esclarecido o seguinte: o trigo, no Rio Grande do Sul, ele é plantado e colhido em áreas maiores. No Paraná, exatamente onde predomina o maior número de proprietários, são minifundistas, e a maior parte destes proprietários de trigo são obrigados a arrendar a colheideira, e não só a colheideira na época da colheita do trigo, mas o próprio trator para o preparo da terra e para a sementeira do próprio trigo, então isso aí encarece um pouco mais o preço do produto no Estado do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, baseado nessas informações que nós tivemos oportunidade de colher, e sendo de um lado pressionado por alguns órgãos classistas para que nós usássemos esta tribuna e reivindicássemos aqui, em nome do tricultor do Paraná um preço mínimo já para o mês de janeiro, porque o lavrador do Paraná precisa, não do Paraná, o produtor de trigo precisa ter o preço mínimo estabelecido no mês de janeiro, para que no mês de fevereiro ele possa fazer os seus planos de financiamento, encaminhar esses planos aos bancos responsáveis pelo crédito rural. E esses bancos evidentemente, Banco do Brasil, Banco Central, e as agências centrais dos demais bancos estabelecidos têm que enviar circulares aos bancos do interior e tudo isso demora tempo. Quer dizer, o financiamento só irá sair lá para fim de março ou mês de abril.

Então, essa a necessidade premente do financiamento do trigo e da fixação do preço mínimo para o mês de janeiro.

E nessas condições, Srs. Deputados, passamos a ler aqui um requerimento de nossa autoria, que se for aprovado por esta Casa, gostaríamos que fosse encaminhado assim como esse trabalho da OCEPAR às autoridades que vamos mencionar aqui. (Lê): "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofícios aos Excelentíssimos Senhores GAL. ERNESTO GEISEL, Presidente da República, DOUTOR ALLISSON PAULINELLI, Ministro da Agricultura, DOUTOR HENRIQUE SIMONSEN, Ministro da Fazenda, e ao DOUTOR PAULO VIANA, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, contendo as seguintes reivindicações:

a) Antecipação da fixação dos preços para o Trigo e a Cevada da Safra de 1979, para meados de janeiro que se aproxima;

b) Que o preço mínimo para a produção do Trigo seja fixado em Cr\$ 440,94 (quatrocentos e quarenta cruzeiros e noventa e quatro centavos) à saca;

c) Que o preço mínimo para a produção da Cevada seja

fixado em Cr\$ 359,03 (trezentos e cinquenta e nove cruzeiros e três centavos) a saca.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, e Senhores Deputados, a antecipação e fixação de preços mínimos para o Trigo e a Cevada para meados do mês de janeiro, se faz necessária por vários motivos, e entre eles destacamos:

a) Para que o agricultor possa elaborar seus planos de financiamentos para estes dois produtos agrícolas, (o que realmente ocorre normalmente no mês de fevereiro) é óbvio que o agricultor precisa saber de antemão, o preço por saca, para melhor poder planejar sua safra;

b) É evidente que, se o preço mínimo for compensador, haverá mais estímulos, principalmente para o Trigo, produto este que somos obrigados a importar mais da metade do que consumimos.

Se reivindicamos neste requerimento o preço mínimo do Trigo ao Agricultor à base de Cr\$ 440,94 (quatrocentos e quarenta cruzeiros e noventa e quatro centavos) por saca de 60 quilos e a Cevada na base de Cr\$ 350,03 (trezentos e cinquenta cruzeiros e três centavos) por saca, é baseado pela OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), que nos dá um preço custo de Cr\$ 339,19 (trezentos e trinta e nove cruzeiros e dezenove centavos) para o Trigo e Cr\$ 276,18 (duzentos e setenta e seis cruzeiros e dezoito centavos) para a Cevada, por saca de 60 (sessenta) quilos. Acrescentando 30% (trinta por cento) de lucro para o Produtor, que é o mínimo estabelecido pelo Estatuto da Terra, vamos ter exatamente os preços sugeridos neste requerimento. A Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja (FECOTRIGO) com sede em Porto Alegre, está reivindicando o preço de Cr\$ 387,68 (trezentos e oitenta e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) a saca de 60 (sessenta) quilos. Como podemos observar, há uma diferença em torno de Cr\$ 53,26 (cinquenta e três cruzeiros e vinte e seis centavos) por saca, o que vem comprovar que nem tudo o que é bom para o Rio Grande do Sul, é bom para o Paraná, ou vice-versa. O que pleiteamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que os Órgãos Governamentais encarregados da Política Agrícola, principalmente no setor de preços mínimos, venha realmente fixar preços que corresponda com a expectativa dos Agricultores Brasileiros. O Paraná deverá alcançar nesta próxima safra de Trigo, uma área de 62% (sessenta e dois por cento) plantada, de toda a área ocupada com a plantação de Soja atualmente, o que daria uma previsão de dois milhões e meio (2,5) de toneladas de Trigo para a próxima safra. E não resta dúvida que o maior estímulo são os preços compensadores. Poderia se usar neste momento aquele refrão tão popular nos meios agrícolas "Preço ainda é o melhor adubo".

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos, de registrar também aqui para finalizar o nosso pronunciamento, o seguinte: ainda há dois ou três dias atrás, os jornais do Paraná e os próprios órgãos de televisão nos seus noticiários jornalísticos, nos traziam, com imagem, a situação que atravessa hoje o preço da cebola, não só no Paraná, mas nos Estados produtores. Principalmente o Paraná, com o Norte Pioneiro que é uma região onde se produz bastante cebola, no nosso Estado, onde se chega a vender a cebola agora a um cruzeiro e cinquenta, a dois cruzeiros o quilo. E nós todos estamos lembrados que a cebola a 90 ou 120 dias atrás alcançou no Brasil, preços astronômicos. E hoje ainda os jornais nos trazem outra notícia bastante alarmante e desestimuladora, para a agricultura principalmente nesse setor da cebola. Em que produtores de cebola no Estado de São Paulo, estão propensos a jogar um milhão e 100 mil toneladas de cebola, no lixo, exatamente por falta de preços, e principalmente porque não têm locais adequados para armazenar essa

cebola. Já que nós vivemos num País, em que o Governo Federal, centraliza, quer centralizar cada vez mais nas suas mãos, pois hoje nós vivemos num regime agrícola brasileiro, eu até hoje não tive oportunidade de visitar nenhum país socialista, nenhum país comunista. Mas sempre ouvi dizer e leio muitas vezes no jornal, que esses países recolhem tudo o que é produzido e depois distribuem à sua maneira. Hoje no setor agrícola, nós estamos quase na mesma situação. O suinocultor, por exemplo, do Estado do Paraná, há quantos meses brigando, gritando, através das suas associações de classe, para a distribuição de quotas de milho. Quer dizer, um produtor hoje, um suinocultor para produzir milho, para produzir o suíno e a carne de porco, ele necessita que o Governo lhe dê quotas de milho ou quotas de farelo. Senão o proprietário de uma máquina hoje, de beneficiamento de arroz, também necessita que a SUNAB autorize-o a receber determinadas quotas para beneficiar o arroz. Um produtor hoje de gado de leite, gado leiteiro, também precisa de quotas de farelo, distribuídas pela SUNAB. Para se produzir farinha de trigo neste país, também precisa-se que o Governo distribua quotas de trigo para aqueles produtores de farinha de trigo. Para se produzir fubá, nos moinhos de fubá, também a SUNAB está aí distribuindo e alguns proprietários de moinhos, revoltados por não receberem as quotas que deveriam receber. Para se ter, hoje, uma granja de frangos, de galinha, ou de produção de ovos também somos obrigados a recorrer ao CEP para distribuição de quotas de milho para se tratar das aves.

Então, hoje, praticamente, estamos numa dependência quase que total, na área agrícola, por parte do Governo. A culpa, acredito eu, não é do lavrador. O que o lavrador precisa é, realmente, ter maior estímulo e ter uma garantia daquilo que ele possa produzir não venha se tornar excesso de produção, e possa acontecer aquilo que aconteceu recentemente, neste País. Quando os noticiários da televisão mostraram, recentemente, que milhões de litros de leite eram jogados para os porcos, para se manter o preço, enquanto que milhões de crianças, também, não têm leite para tomar!

Agora, recentemente, nos jornais de hoje, noticia-se que lavradores jogam cebola fora porque não tem preço.

Tudo isso, é desestimulante para o agricultor, não só do Paraná, mas do Brasil todo que necessita, realmente, de um amparo maior. Se queremos que o agricultor, amanhã, não venha a se desestimular muito mais do que hoje, realmente, há necessidade de uma política mais condizente com o lavrador brasileiro.

Temos muita esperança, porque o ilustre futuro Presidente da República, General João Batista Figueiredo, em várias oportunidades, disse que "enquanto os outros Governos se preocuparam mais com outros setores, da economia brasileira, ele iria se preocupar com a agricultura brasileira".

E eu acredito, firmemente, como já tive oportunidade de dizer aqui, desta tribuna, "o dia em que resolvermos os problemas agrícolas, ou inerentes à agricultura, ou seja, o problema do homem que trabalha no campo, teremos resolvido, neste País, a maioria dos problemas que os governos federal, estadual e municipal enfrentam hoje.

Portanto, encerrando as nossas palavras, o Governo brasileiro, mais uma vez, tem oportunidade de mostrar que é amigo do lavrador e de fazer as pazes com ele, fixando um preço mínimo condizente para o trigo e para a cevada. Para que, realmente, dentro em breve, a política que o Ministro da Agricultura Allys-son Paulinelli, tanto incentivou no início de seu mandato, da auto-suficiência do trigo, possa se concretizar neste País.

Porque, é inadmissível que países, com 3, 4 mil anos de existência, com suas terras cansadíssimas e velhas, tenham condições de produzir muito mais trigo do que temos em nosso País, com terras fértilíssimas e de primeira qualidade!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o registro e apelo também, que, se for aprovado, nesta Casa, para que o

Governo brasileiro atenda as reivindicações das Organizações e das Cooperativas do Estado do Paraná, que, acredito eu, melhor do que elas não têm para representar e reivindicar a favor do triticultor do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança da Arena sobre se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado. — (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do MDB se deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Praticamente encerrados os trabalhos desta Legislatura, e nos dias finais do atual Governo, uma das grandes promessas efetuadas ao magistério paranaense, ainda não se concretizou.

Amanhã, realizar-se-á a prova pelo Concurso do Magistério, medida salutar, é verdade, e que começa a pôr em prática o tão decantado Estatuto, todavia trará, como resultado prático e imediato, a dispensa direta de milhares de suplementaristas.

Ora! Quando no Congresso dos Professores do Paraná, ficou ajustado que, a reivindicação da estabilidade dos suplementaristas seria um dos itens atendidos pelo Governo, e, oportunamente, concedida pelo Governo Estadual!

Pois bem; agora, com o Concurso, sabe-se que, mais de 4.000 suplementaristas serão dispensados e nada de concreto, absolutamente nada, por parte do Executivo, se tem notícia! Preocupa-nos ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, sem uma medida a nível legislativo, a situação daqueles funcionários de fato, mas não de direito, não ficará ressaltada.

Como eu disse inicialmente, esta Casa, no mais tardar nesta semana, terá os seus trabalhos concluídos e, nesta Legislatura que finda em 31 de janeiro, não terá condições de apreciar matéria que poderia regularizar a situação funcional, ou que venha a reconhecer a estabilidade dos professores suplementaristas com mais de 10 anos de Magistério efetivo, mesmo porque, é de preocupar-se, tendo em vista que o atual Governador que assumiu o compromisso de reconhecer a estabilidade, também fique sem mandato durante o recesso parlamentar.

Formulamos pois, apelo ao Governo do Estado, para que seja assegurada a estabilidade funcional dos professores suplementaristas, que, possam eles sentir, do Governo Estadual, o mesmo tratamento que a Justiça já vem dando, concedendo ganho de causa aos professores que decidiram reivindicar junto aos Tribunais; que, neste final de ano, não terminem também as esperanças do Magistério, pelo contrário, que, ao reiniciar-se o próximo ano letivo, renasçam as esperanças de melhores condições de trabalho, e principalmente sejam, tais condições, a base da melhoria do ensino, tão necessária!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 148/78, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura" código TC-1500, fixando novos vencimentos aos cargos das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Emendas. (Aprovadas, nesta Discussão, as emendas da C.C.J. e da C.R.H., por apreciar, a emenda de Plenário e o Projeto) :

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). — Consulto a

Mesa, Sr. Presidente, se esta emenda é a subscrita pelo eminente Deputado Wilson Fortes?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Exatamente, de autoria do Deputado Wilson Fortes; pela ordem, a primeira emenda a ser apreciada pelos Srs. Deputados, será a emenda da Comissão de Recursos Humanos; a segunda, será a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, ou melhor, a seguir, a emenda de Plenário, de autoria do Deputado Accioly Neto.

Em votação, a emenda.

O Sr. Gilberto Carvalho — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Esta mensagem passou pela Comissão de Justiça, em cuja comissão nós tivemos oportunidade de analisar; e, atendendo reivindicação da classe, e analisada pela Comissão de Justiça foi acatada a emenda em que solicitava de que o engenheiro agrônomo que fosse contado da primeira a quinta classe, não da segunda a sexta e para os inativos. E esta emenda, agora, que está sendo posta em votação, ela virá alterar a mensagem e podendo, tirando as condições de veto, porque teria o Governador, talvez, que vetar a mensagem toda. Por esse motivo, a nossa bancada vota contra essas duas emendas que V. Ex.^a acaba de anunciar e, as demais, acatando como já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação a emenda. — REJEITADA.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo V. Ex.^a (Tímpanos). — Em votação a emenda da Comissão de Recursos Humanos, no sentido inverso. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda ao Projeto de Lei n.º 198/78, de autoria da Comissão de Recursos Humanos, que assina Sr. Presidente da mesma, Deputado Wilson Fortes, queiram levantar-se. — (Pausa). — Dezesesseis Srs. Deputados aprovam; sete Srs. Deputados rejeitam.

Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberação.

O Sr. Gilberto Carvalho — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo a V. Ex.^a. O Sr. 1.º Secretário queira fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procedendo chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 28 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Esta Presidência equivocou-se ao colocar a matéria em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. — APROVADA.

Em votação a emenda de Plenário ao Projeto de Lei n.º 198/78, de autoria do Deputado Accioly Neto. Em votação. — APROVADA.

Em votação projeto. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 152/78, que dispõe sobre a inclusão dos cargos em comissão que especifica, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, na simbologia DAS - Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n.º 6996, de 12/04/78. Pareceres favoráveis com Substitutivo Geral, da C.F., por unanimidade; e favorável da C.R.H., na forma de Substitutivo Geral da C.F., por maioria.

Em votação a emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin — "Suprima-se no anexo 4.º, Cargos de Provimento em Comissão, Parte Permanente, os valores de vencimentos ali mencionados". — Em votação. — APROVADA.

Em votação a emenda de Plenário, de autoria do Deputado Francisco Escorsin — "Inclua-se onde couber: Os ocupantes de cargo de Consultor Legislativo, Assistente Legislativo e Taquígrafos, ficam impedidos da percepção de gratificação por prestação de serviços extraordinários, e sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 horas, em dois turnos diários. — Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda n.º 3, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros — Emenda Supressiva ao Artigo 6.º do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei n.º 202/78) "Suprima-se o Artigo 6.º do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei n.º 202/78, procedendo-se à ordenação dos demais artigos, sendo o último da proposição, o artigo 9.º. Em votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, autor da emenda.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, nós tivemos a oportunidade de apresentar esta Emenda Supressiva ao Substitutivo Geral do Projeto de Lei 202/78.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade, e mesmo por ser funcionário deste Poder, já licenciado há dez anos, deixar bem clara, a minha posição no que diz respeito a esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos e sabemos, que esta é uma Casa Político, todavia, não podemos concordar com determinadas passagens que aqui ficam, e esta é uma prova, Sr. Presidente. E se fala tanto em moralizar este Poder, se diz tanto, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deve ser moralizada, por esta razão, sem poder votar a matéria por ser funcionário, acho que não devo votar. Propus a supressão deste artigo por achá-lo imoral, Sr. Presidente, por ver em função deste artigo neste Substitutivo, mais de cem funcionários, como dizem por aí, "serem passados para trás", razão pela qual, Sr. Presidente, termino dizendo que a minha emenda continua, que não importa e que não se façam as ameaças que se fizeram, e que não se diga o que se disse por aí, e que não se fale nos corredores o que falaram.

Continuo com a minha emenda por achar o artigo 6.º imoral.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação a emenda do Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, quase que não me caberia fazer a justificativa do artigo 6.º da emenda que subscrevi como Presidente da Comissão de Finanças. Cabeiria, isto sim, ao Sr. 1.º Secretário da Casa, refutar as palavras do nobre Deputado Adalberto Daros, no que diz respeito ao aspecto imoral ou moral do artigo 6.º deste Substitutivo.

E explicarei porque, Sr. Presidente. Porque quando recebemos a Mensagem Governamental na Comissão de Finanças, com Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho, e com a infinidade de emendas que nos eram solicitadas pelos funcionários da Casa, na presença do nobre Deputado Adalberto Daros, do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, 1.º Secretário da Assembléia, na presença do nobre Deputado Gilberto Carvalho, e não posso afirmar com toda a segurança, mas parece-me que também na presença do nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB desta Casa, eu propus que se fizesse uma reunião. Uma reunião com as duas lideranças, conjunta, com a Comissão Executiva da Casa e mais cada grupo funcio-

nal, representado por um funcionário, para que se discutissem todas as emendas e fossem aprovadas aquelas que não ferissem o acordo administrativo do Poder Legislativo.

Esta foi a proposta e ninguém aqui pode contestar as minhas palavras. Aguardei por 72 horas, pressionado que fui pelo Líder da Arena para que exarasse o parecer da Comissão de Finanças, ou na Mensagem Governamental ou no seu substitutivo porque havia urgência na apreciação da referida matéria pelo Poder Legislativo.

Respondi que não aceitaria nenhuma imposição, naquela oportunidade, enquanto não se cumprisse o acordado entre as duas lideranças e entre a Comissão Executiva representada pelo Sr. Primeiro Secretário.

No dia seguinte, respondi o Substitutivo e exigi que ele me fosse encaminhado através de ofício, para que o Presidente da Comissão de Finanças não tivesse a paternidade do Substitutivo. E assim foi feito. Recebi através das mãos do Sr. Primeiro Secretário da Casa, com ofício que está anexado e que consta nas atas da Comissão de Finanças, o mencionado Substitutivo que não tive a menor dúvida em assiná-lo, a pedido, inclusive, do próprio Deputado Adalberto Daros, que pediu que assim procedesse...

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu estou com a palavra, depois V. Ex.^a pode devolver a palavra ao nobre Deputado. Inclusive a pedido do nobre Deputado Adalberto Daros, aqui esci em subscrever o Substitutivo que me fosse encaminhado pela Primeira Secretaria da Casa. E assim o fiz.

Sr. Presidente, se o artigo 6.º é imoral, ou deixa de ser imoral, são outros "quinhentos" cruzeiros. Se nós formos falar em moralidade dentro desta Casa, este Poder será fechado. Se existir Revolução dentro deste País, para moralizar os costumes, este Poder teria que ser fechado, se fosse falado em moralização dentro desta Casa.

São outros "quinhentos" também. Estou falando dentro do Poder Legislativo, onde eu conheço a mecânica de funcionamento.

Sr. Presidente, eu li o artigo 6.º. E disse ainda há poucos instantes ao eminente Líder do MDB nesta Casa, que era uma faca de dois gumes, o artigo 6.º. Criava cargos, o que eu achava totalmente inconveniente, mas por outro lado, fazia justiça aos Secretários de Comissão que o exercem por determinação das diversas comissões executivas, que passaram por esta Casa; são os chamados Secretários "ad-hoc", de comissão. Aliás os únicos que trabalham. Porque esta Casa, como Casa política, tem até barbeiro, que é Secretário de Comissão. Mas os que trabalham, o fazem convocados através de ato convocatório das Comissões Executivas que passaram por esta Casa. Seria oportunidade para, embora criando cargos que é contra o nosso feitiço, que é contra tudo aquilo que se aconselha na boa técnica administrativa, se proporcionasse pelo menos Justiça, a esses funcionários. Essas as razões, Sr. Presidente, que eu subscrevi o Substitutivo que me foi encaminhado pelo Sr. 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Se existe imoralidade, quem deve responder é o Primeiro Secretário da Casa que está aqui ao meu lado. Jamais o Presidente da Comissão de Finanças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a emenda.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, para que eu possa apenas esclarecer as palavras ditas pelo Deputado Erondy Silvério. Realmente a reunião deveria ter sido feita entre funcionários, com a minha presença. Só que eu quero deixar claro que eu não participei dessa reunião. E também, Sr. Presidente, achei que o Deputado Erondy Silvério deveria assinar o Substitutivo mas nunca pensando que um artigo como este fosse incluído no Substitutivo.

Por esta razão, Sr. Presidente, como dizia o saudoso

Sr. Deputado Benedito Lúcio: — "Confiar, confiar, Sr. Presidente". Era somente isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, cabe aqui uma justificativa, depois dos encaminhamentos feitos a esta Mensagem.

Quando houve a convocação desta Casa em Período Extraordinário, fui até o Palácio para pedir a inclusão de um Projeto da Comissão Executiva; pedir que fosse incluído, nas mensagens a serem encaminhadas a esta Casa, neste período Extraordinário, projeto que tinha saído da Ordem da Dia para voltar à Comissão de Constituição e Justiça para receber o parecer e apreciar uma emenda apresentada. Mas, não demorou, logo depois que saí do Palácio, chegou um ofício do Sr. Presidente desta Casa, pedindo a transformação da Simbologia "DAS", e criando os 4 cargos para atender os 4 novos Srs. Deputados.

Deixou, então, S. Ex.^a, o Sr. Governador, de incluir, em sua convocação este Projeto 158.

Chegando aqui a Mensagem que deu origem ao ofício do Sr. Presidente desta Casa, recebi o pedido das taquígrafas que se julgavam prejudicadas e que viam uma oportunidade de sanar, com uma emenda, a sua situação, emenda a esta Mensagem.

Sabemos nós que uma emenda apresentada, e que venha alterar despesa, na Comissão mesmo, que era inconstitucional, por isso apresentamos uma emenda aditiva criando, também os cargos em comissão, o que daria oportunidade de atendimento a cada um dos gabinetes dos Srs. Deputados, porque, se hoje, nesta Casa, temos dificuldades no atendimento em nossos gabinetes, quando temos direito a um funcionário desta Casa, a um funcionário do Poder Executivo, seria esta uma oportunidade para que o Governo até cortasse o funcionário de seu Poder e a Casa pudesse funcionar com seus funcionários próprios. E nada mais justo de que o Deputado tenha o funcionário à sua escolha. Seria esta a oportunidade.

Aquela emenda que apresentamos, passou na CCJ. Chegando à Comissão de Finanças, sei que o ilustre Deputado Erondy Silvério, como eu também e muitos outros Srs. Deputados, e inclusive a própria Comissão Executiva, recebemos uma série de pedidos para que se apresentassem novas emendas, solucionando o problema dos funcionários "ad-hoc", e depois se estendeu, procurando solucionar os problemas de todos os funcionários da Casa. Foi quando o eminente Deputado Erondy Silvério pediu que fosse feito um estudo, por uma comissão, e que o mesmo fosse apresentado à Comissão de Finanças.

Nos últimos dias, já às vésperas das festas natalinas, sei que muitos dos Srs. Deputados não tiveram oportunidade de estudar profundamente esse Substitutivo apresentado pela Executiva e entregue à Comissão de Finanças, para apresentar emendas naquela Comissão.

Hoje, vem à baila essa emenda apresentada, esse Substitutivo Geral. Verifiquei, agora, nesta sessão, o que ocorreu. Perguntei se os primeiros artigos não viriam alterar o projeto original para dar oportunidade que o Sr. Governador pudesse analisar bem esse projeto e se, não concordasse com o que foi aditado por aquela emenda, ele tivesse condições de veto, sem alterar a sua Mensagem original. Verificamos que existem algumas alterações. Mas, com referências aos quadros que foram acrescidos. E os primeiros artigos continuam como vieram na Mensagem.

Por esse motivo, sabendo que só com a sanção é que esse projeto terá validade, porque sabemos que estamos votando um projeto inconstitucional, porque estamos votando uma emenda que vai alterar despesa.

Por isso, não estou falando aqui, Sr. Presidente, em nome da Liderança, mas para dizer que cada um dos Srs. Deputados deverá votar como bem entender, porque a Mensagem foi alterada.

Concordamos, quando se levanta dúvidas quanto ao artigo 6o. Mas, tudo depende da maneira como for aplicado, como bem ventitou aqui o Deputado Erondy Silvério, tudo depende da maneira como foram contratados esses cinquenta e oito cargos do artigo 4o.

Por esse motivo, Sr. Presidente, deixamos os Senhores Deputados à vontade, porque sei que essa é uma posição que não se fala em termos de Bancada.

Era essa a justificativa que queria fazer, porque não vejo aqui, Sr. Presidente, imoralidade nenhuma quando se apresenta uma emenda a uma Mensagem Governamental, em que dá oportunidade de vetar ou de aprovar. E o Sr. Governador julgará a seu critério, da maneira que achar melhor.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois da clareza com que os Deputados Erondy Silvério e Gilberto Carvalho defenderam, ou fizeram suas explicações, talvez fosse dispensável a nossa intervenção; contudo, eu, como um dos autores da Emenda Substitutiva e diante da agressividade do Deputado Adalberto Daros, faz-se necessário que este 1o. Secretário se pronuncie; em primeiro lugar, para dizer de que, muitos seriam os cargos que devêssemos propor, a criação, neste Poder.

Em 1967, nós tínhamos aproximadamente seiscentos e setenta funcionários - hoje nós estamos com quatrocentos e quarenta e poucos funcionários.

Muitos são os desvios de funções e, entre os mais alarmantes, está o de Secretário de Comissão; a escolha do Secretário de cada Comissão, tem sido do Presidente de cada Comissão e, é neste momento que, os funcionários que têm condições de secretariar uma Comissão, são recrutados, são convocados para fazê-lo e, muitos destes funcionários já estão nesta atribuição, até há oito ou nove meses, fazendo o serviço de outros e não recebendo o ordenado destes outros.

Se é injusto, ou imoral, eu gostaria e até exigiria do Deputado Adalberto Daros, uma explicação. Porque ele chamou alguém, de imoral, e não disse quem. Eu, estou aqui para responder pelos meus atos, de público, ou, onde ele quiser.

A proposta foi do conhecimento do Deputado Adalberto Daros, desde o início, e este 1o. Secretário usou de uma medida até de aceleração do processo, através de uma aquiescência do Presidente da Comissão de Finanças, fazendo-o através de ofício onde talvez devesse ser feito regimentalmente, avocando o processo para o Executivo. Fizemos, para abreviar o tempo e este procedimento teve um objetivo que, foi, o aceleração do processo, em benefício dos funcionários da Casa porque esta Emenda Substitutiva é o sonho da pequena reforma administrativa da Casa.

E o Deputado Adalberto Daros, para estranheza minha, há quinze minutos atrás não achava imoral, ele esteve em meu Gabinete, conversamos e não havia nada de imoral, e agora, subitamente, ele declara que, através de uma conversa que manteve no corredor, descobriu que é imoral, ou, por uma ofensa de um funcionário, eu não entendi bem!

Pareceu-me um pouco nervoso, e não soube dizer porque é imoral, e porque está nervoso.

Agora, eu não entendo como um parlamentar possa chegar aqui, tratando de uma matéria de tamanha importância, num momento destes, fazendo uma acusação de uma imoralidade, sem determinar onde estão as imoralidades! Entendo sim, que o Parlamentar deveria prestar uma homenagem aos nobres Pares, explicando onde estão as imoralidades!

Eu propus, fiz, sabendo o que estava fazendo e assumo a responsabilidade, até o fim.

Isto é uma medida de justiça, Sr. Presidente - dando, a quem de direito, por ter ocupado, já estar vindo ocupando esta posição há longo tempo, uma medida que, na técnica administrativa, já foi chamado de desvio de função, e houve já legislação, inclusive, no Estado do Paraná, que dava condições que o funcionário a partir de dois anos de desvio de função, ele fosse readaptado para essa nova função. E esta medida aqui, nesta Casa de Leis, onde as leis têm que vir de encontro às necessidades funcionais, eu entendo esta do artigo 6o., uma necessidade, por duas razões:— A primeira, é que esses funcionários estão exercendo as funções, não por vontade própria, por convocação dos presidentes das comissões. Seria fácil de se negarem a esse compromisso ou a essa convocação, porque eles não têm obrigação para isso. Mas, muitos, aliás, todos eles, estão a convite do Presidente da Comissão. E nós, agora, sabendo de que esta oportunidade poderá advir, há quanto tempo, não sabemos, aproveitamos porque nós iniciamos, quando iniciamos como parlamentar na 2a. Secretaria, nós tínhamos doze comissões; hoje, temos dezesseis. E é bem possível que amanhã ou depois, nós tenhamos mais comissões, na Casa. E se não temos nem regulamentada, ainda, a situação dos atuais Secretários de Comissão que exercem a função, nós teremos esse problema aumentado, futuramente, sem falar no número de funcionários que haverão de se aposentar no próximo ano, que já têm tempo de serviço suficiente para sua aposentadoria; esse problema tende a se agravar, no futuro.

Então, essas medidas, principalmente, no artigo 6o., além da outra do art. 4o., como disse o Deputado Gilberto Carvalho, onde um Parlamentar tem apenas um cargo em comissão, no seu gabinete, enquanto nós encontramos Secretários de Estado com vinte e até trinta cargos em comissão, um Deputado tem apenas um cargo 3-C. Propomos, também, a criação do cargo e isso nós fizemos porque, regimentalmente, pela Constituição, deve ser iniciativa da Executiva. Então, eu fiz porque ninguém tinha essa atribuição, a não ser a Executiva; não foi exorbitando e sim, apenas, cumprindo um dever constitucional, que este 1o. Secretário apresentou, através da aquiescência repito, do Presidente à Comissão de Finanças, através dessa Comissão, esta proposta de emenda substitutiva. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Continua em votação a emenda.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência, por liberalidade, concede a palavra, para encaminhamento, ao Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, — Há quinze minutos atrás, eu achava que este Substitutivo, no seu art. 6o., não tinha razão de ser; tanto é fato, Sr. Presidente, que apresentei esta emenda no dia de ontem; não hoje. Segundo, Sr. Presidente, talvez eu tenha dito palavras ríspidas neste plenário; talvez, o Deputado Quielse Crisóstomo, tenha entendido como ofensa. Mas, eu devia dizer ao Deputado Quielse Crisóstomo, que na Assembléia se briga com palavras e não com violência, se briga com palavras, isso sim; não se convidando o par, amigo que ele é, a sair lá para fora. Aqui se briga com palavras, Sr. Presidente; não com violência. Para encerrar, Sr. Presidente, a minha participação, não vou votar a matéria por ser funcionário deste Poder e deixo à apreciação do Plenário que fala o que bem entender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Continua em votação. — Para encaminhar, concedo a palavra ao Líder do MDB, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, evidentemente a matéria não comporta um fechamento de questão, não só porque envolve assunto administrativo até da Casa, mas porque entende a Bancada do MDB que cada Deputado deva votar de acordo com o seu entendimento.

Por isso, Sr. Presidente, antes de chegar a esta conclusão, os Deputados do MDB me solicitam que faça uma explanação à Casa e principalmente a todos os funcionários dela, porque hoje aqui se trata de pessoal de nível uniservitário, pessoal que por si só, que de per si redige emendas, que de per si elabora quadros, pessoal altamente suficiente para reivindicar os seus direitos.

Mas os "bagrinhos" da Casa, Sr. Presidente, o Auxiliar Legislativo, o Assessor Legislativo, o Oficial Administrativo, esse que nos corredores nos vêm alegar: Deputado, trabalho há trinta e dois anos nesta Casa e ganho Cr\$ 4.100,00.

Sr. Presidente, por esses quem redige emendas? Quem se preocupa com eles?

E veja o Sr. Presidente e vejam os Srs. Deputados, repete-se aqui lamentavelmente aquela filosofia popular: "Casa de ferro, espeto de pau".

Nós somos encarregados de fazer as leis: O Tribunal de Justiça tem o seu quadro funcional já equiparado com a nova sistemática legislativa. O Tribunal de Contas tem reestruturado o seu quadro. A Procuradoria do Estado que passou há poucos dias aqui, deu nova estrutura àquele órgão do Executivo. O Estatuto do Magistério já está em vigor, e os funcionários do Poder Legislativo, nós que devemos fazer as leis assistimos diuturnamente, diariamente as reivindicações pelos corredores.

Então resta a pergunta: Atender primeiro a quem? Aquele que por si só tem o poder de reivindicar, de pleitear, de pressionar e deixar para o final aquele mais humilde que espera que alguém fale por ele?

Por isso, Sr. Presidente, é de lamentar que terminemos esta legislação entregando a mesma herança que recebemos da anterior.

Uma Casa mal estruturada, um Regimento Interno que não atende mais aos reclamos do nosso Poder Legislativo e na expressão do Deputado Erondy Silvério, que se houvesse realmente uma reforma moral, este Poder deveria ser fechado.

Por isso, Sr. Presidente eu não vejo condições de fechar a questão dentro da nossa bancada. Mas fica o alerta, principalmente à próxima Comissão Executiva que tem a obrigação, a obrigação constitucional de zelar e de não deixar que esta herança tome vulto e dia a dia os problemas se acelerem. Fica a advertência para que, de imediato, no início da próxima Legislatura, esta situação seja emendada.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada do MDB cada um votará de acordo com o seu entendimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação a emenda.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — O Deputado Quielse Crisóstomo já usou do seu horário, mas esta Presidência lhe concede a palavra.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Nós agradecemos e será breve.

Somente para dizer ao nobre Deputado Nilso Sugarezi, nobre Líder da bancada, que os pequenos funcionários não foram esquecidos. No Anexo 3 Vossa Excelência encontrará o seu desejo. Lá está toda a relação dos funcionários que Vossa Excelência citou. Foram bem lembrados.

E este 1o. Secretário se preocupa, sobretudo e está com Vossa Excelência, principalmente com relação à aprovação do conteúdo do Anexo 3.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, permaneçam como estão. (Pausa) — REJEITADA.

Em votação o Substitutivo Geral - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 124/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 210/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PIÊN, objetivando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 125/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 211/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PALMAS, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 126/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 213/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MARINGÁ, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 127/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 215/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de DOIS VIZINHOS, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 128/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 217/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 232/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 209/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CASCAVEL, objetivando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 233/78, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 219/78 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PALMEIRA, objetivando a execução de Cursos Supletivos - FASE II - do Projeto "MINERVA".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 241/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 232/78 - aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de BARRAÇÃO, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 242/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 261/78 - aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de IPORÃ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 243/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 275/78 - aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MAMBORÊ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 244/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 276/78 - aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MANDAGUARI, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 245/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 277/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 246/78, Mensagem no. 82/78 — ex-Proposição no. 285/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 247/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 286/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e os Municípios de NOVA CANTU, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 248/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 287/78 - aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 249/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 302/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de PRUDENTÓPOLIS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 250/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 306/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de REALEZA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 251/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 307/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de REBOUÇAS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 252/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 308/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de RENASCENÇA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 253/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 309/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de RIO AZUL, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 283/78, Mensagem no. 108/78 — ex-Proposição no. 412/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios Paranaenses, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 284/78, Mensagem no. 109/78, ex-Proposição no. 413/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios Paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 286/78, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 233/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de BOA ESPERANÇA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 268/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 98/78, ex-Proposição no. 382/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ORTIGUEIRA, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 288/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 12/78, ex-Proposição no. 97/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de XAMBRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 289/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 29/78, ex-Proposição no. 169/78 — aprova convênio no. 28/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 291/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 208/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de FORMOSA DO OESTE, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 292/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 212/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMPO MOURÃO, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 293/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 78/78, ex-Proposição no. 216/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MEDIANEIRA, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 294/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 231/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. — Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 295/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 240/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CASTRO, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 296/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 241/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CATANDUVAS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 297/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 242/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CHOPINZINHO, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titu-

lados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 298/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 243/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CIANORTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 299/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 248/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de ENGENHEIRO BELTRÃO, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 300/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 256/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de GOIOERÊ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 301/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 257/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de ICARAÍMA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 302/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 259/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através do Município de INÁCIO MARTINS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 303/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 260/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de IPIRANGA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica.— Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 304/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 262/78 — aprova

acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de IRETAMA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 305/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 279/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MARILENA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 306/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 281/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MARIÓPOLIS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 307/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 284/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 308/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 290/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PALMITAL, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 309/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 291/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 310/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 294/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PEABIRU, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 311/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 295/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PÉROLA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 312/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 318/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 313/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 319/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a implementação do Projeto Logos II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 314/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 320/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 315/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 324/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de TERRA BOA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 316/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 325/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de TERRA RICA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 317/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 326/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 318/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 336/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SABÁUDIA, objetivando a execução de reparos no prédio da Delegacia e Cadeia e do Posto de Saúde. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 319/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 337/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Rondônia. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 320/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 338/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPIRA, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam o Posto de Saúde e diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 322/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/78, ex-Proposição no. 361/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 324/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 367/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 328/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 329/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, e interveniência dos órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 330/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 384/78, aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Estadual do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 331/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 388/78, aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUARANIACU, e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 332/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 389/78, aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA HELENA, e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 333/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 102/78, ex-Proposição no.

392/78, aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 337/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 408/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de BOCAIUVA DO SUL, objetivando desenvolvimento de estudos e projetos para a realização de obras de serviços de interesse metropolitano, inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 338/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 116/78, ex-Proposição no. 416/78, aprova termo aditivo ao convênio celerado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRI-NA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 355/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 144/78, ex-Proposição no. 440/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, COLOMBO, ARAUCÁRIA e BOCAIUVA DO SUL, com participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 356/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 145/78, ex-Proposição no. 441/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e diversos Municípios paranaenses, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 357/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 146/78, ex-Proposição no. 442/78, aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ITAGUAÇÉ, SANTO ANTÔNIO e SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 358/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 21/78, ex-Proposição no. 106/78, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 359/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 33/78, ex-Proposição no. 115/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR e o Município de PORTO AMAZONAS, objetivando a aplicação de recursos financeiros, conforme especifica. Pareceres

Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 360/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 229/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de ARARUNA, objetivando ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 361/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 238/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Balsa Nova, objetivando ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II - Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 261/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 96/78, ex-Proposição no. 372/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de GUAPOREMA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 94/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 25/78, ex-Proposição no. 166/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando a implantação de serviços contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 220/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 86/78, ex-Proposição no. 359/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de CRUZ MACHADO, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 262/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 96/78, ex-Proposição no. 374/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 205/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 155/78, no qual solicita autorização para permutar áreas de terreno com a Associação Atlética Banco do Brasil, de Wenceslau Brás. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 342/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 122/78, ex-Proposição no. 422/78, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CORBÉLIA, GUAÍRA, NOVA AURORA e TERRA ROXA,

com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 343/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 129/78, ex-Proposição no. 425/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a implementação dos serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 346/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 131/78, ex-Proposição no. 427/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento de estudos e projetos para realização de obras e serviços de interesse metropolitano e planejamento integrado do uso do solo. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 347/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 132/78, ex-Proposição no. 428/78, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 367/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 123/78, ex-Proposição no. 423/78, aprova convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de BANDEIRANTES, REBOUÇAS, FLORAÍ, CRUZEIRO DO OESTE, MEDIANEIRA, FRANCISCO ALVES, ORTIGUEIRA, SÃO TOMÉ, LEÓPOLIS e SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 368/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 156/78, ex-Proposição no. 443/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de IVAÍ, WENCESLAU BRÁS, LOBATO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS e CIDADE GAÚCHA, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 369/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 157/78, ex-Proposição no. 444/78, aprova convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de PALMAS, UBIRATÁ, ARARUNA, CAMPINA DA LAGOA e TOMAZINA, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a execução de obras e serviços, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação de redação final de diversos projetos de lei e de resolução. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de cópias constantes da Proposição no. 430/78, em andamento nesta Casa, do Diário

da Assembléia no. 102/78, e demais documentos que a instruem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do FUNRURAL, no sentido de que sejam tomadas providências para serem ativados os serviços hospitalares pelo citado hospital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, contendo reivindicações referentes à fixação dos preços do trigo e cevada da safra de 1979. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos. 189, 190, 196, 199, 200, 201 e 204/78, e dos Projetos de Resolução nos. 89/78, 91, 100, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 132, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224/78.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 268/78, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 328, 330, 331, 332, 333, 337, 338, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 94, 220, 261 e 262/78. e dos Projetos de Lei nos. 205 e 202/78.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 342, 343, 346, 347, 367, 368 e 369/78.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nos. 225, 226, 227, 230, 231, 240, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 269, 270, 279, 280, 281, 282, 290, 321, 323 e 354/78.

Levanta-se a Sessão.

Portarias:

PORTARIA No. 446/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

conceder férias, aos funcionários contratados deste Poder Legislativo, referentes ao período 1979, conforme abaixo especifica: ADMIR BORCK — de 01 a 30 de outubro

ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS - de 03 de abril a 02 de maio

ALZIRO SANTIN — de 01 a 30 de outubro

AVELINO CAMILO CORREIA — de 01 a 30 de março

CARLOS FORNAROLI — de 01 a 30 de outubro

DEISE XAVIER DEL CORSO — de 01 a 30 de novembro

DIRCEU DA SILVA — de 03 de setembro a 02 de outubro

ELI MOCELIN CECCON — de 03 de abril a 02 de maio

HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO — de 02 a 31 de maio

JEAN VILLENAVE — de 01 a 30 de junho

JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA — de 01 a 30 de março

LUIZ CARLOS VIEIRA — de 01 de fevereiro a 02 de março

NEOMILTA SANTI SCHEFFEL — de 01 a 30 de outubro

RENATO MÁRIO MIGUEL — de 02 a 31 de julho

TADEU LUKA — de 01 a 30 de agosto

WILFRIED KOESTER — de 03 de setembro a 02 de outubro

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de dezembro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 447/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

conceder férias aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referentes ao exercício de 1979, conforme abaixo especifica:

DE 02 A 31 DE JANEIRO

EMILIA DE MIRANDA BECKER — Mat. 374

GENI CARNEIRO — Mat. 284

JOÃO ALBERTI ANDRETTA — Mat. 476

JOÃO CAXIAS URBAN — Mat. 408

JONAS DE SOUZA PORTO — Mat. 514

LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Mat. 128

MANOEL PINHEIRO CANGUSSU — Mat. 571

MARIA LEONILDA ROCHA — Mat. 427

RUTH CARVALHO DE MELLO — Mat. 256

DE 01 DE FEVEREIRO A 02 DE MARÇO

ALFREDO PRESTA — Mat. 057

ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA — Mat. 143

ARLETTE BELMONT ZEBALLOS — Mat. 235

CÉSAR AUGUSTO LEONI — Mat. 479

FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI — Mat. 516

LINDAMIR EDIL CARAN — Mat. 510

PAULINA SCHERNER SIMÕES — Mat. 223

DE 01 A 30 DE MARÇO

ANTÔNIO DA SILVA — Mat. 566

ANTÔNIO GARCIA — Mat. 020

BELKIS FERNANDES — Mat. 385

BOLIVAR CAMARGO BARROS — Mat. 115

CLOVIS FREITAS — Mat. 173

DARCI ANTÔNIO BUDEL — Mat. 062

DORIZON SALGADO BUENO — Mat. 008

EDGAR TÁVORA JÚNIOR — Mat. 139

ESVERBEN GUIMARÃES PLAYSANT — Mat. 025

FRANCISCO BUBNIAK — Mat. 367

FRANCISCO TABORDA RIBEIRO — Mat. 375

JOSÉ JOAQUIM — Mat. 598

JURACY JOSÉ SOMMAVILLA — Mat. 351

LUIZ CARLOS MARTINS DE ARAÚJO — Mat. 074

LUIZ FERNANDO GOTTARDI — Mat. 546

MADALENA MARIA DE LIMA — Mat. 266

MARIA LYDIA RATZK — Mat. 539

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA — Mat. 082

OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMARGO - Mat. 295

OLGA POPOVITCH — Mat. 319

ROQUE DE CRISTO — Mat. 085

RUTE DA SILVA LOPES — Mat. 226

SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE — Mat. 405

UAHIB ABRAHÃO TANUS — Mat. 018

VIDAL VANHONI — Mat. 019

DE 03 DE ABRIL A 02 DE MAIO

ALBINO DE BRITO FREIRE — Mat. 055

ALCEU RAMOS — Mat. 363

ATTILIO PEREIRA DE LIMA — Mat. 478

BLUMER BOSQUILIA — Mat. 414

ETHEL DO PINHO NEVES — Mat. 244

FLODOALDO TRINDADE — Mat. 091

GABRIEL BROTTTO — Mat. 335

GIOACHINO SUGAMOSTO — Mat. 549

HAROLDO NASCIMENTO — Mat. 160

HERCULANO CORDEIRO — Mat. 390

ISMAR DELAGASSA PASSOS — Mat. 263

JOÃO CRUZ — Mat. 209

JOAQUIM VIEIRA DA SILVA — Mat. 524

JOSÉ ARY VALÉRIO — Mat. 392

LUCIANO LACERDA FILHO — Mat. 279
 LUIZ BROTT NETTO — Mat. 397
 LUIZ CARLOS MONTEIRO — Mat. 161
 LUIZ DOUGLAS FERREIRA — Mat. 103
 LUPERCINA ROCHA CONTE — Mat. 051
 MARINA CUNHA MARTINS — Mat. 597
 MARLENE DE BRITO PERRONE — Mat. 222
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI — Mat. 320
 ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS — Mat. 053
 SOFIA KOLOSOWSKI — Mat. 528
 SOLON FONTOURA RODRIGUES — Mat. 407
 WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO — Mat. 035
 DE 02 A 31 DE MAIO
 ALZEMIRO ARTIGAS — At. 381
 AMADO ZONATTO — Mat. 348
 ANGELINA MARIA PACHECO — Mat. 183
 CLEMETILDE DELFINA BOTOLON — Mat. 387
 DILMAR ABILIO ARCHEGAS — Mat. 041
 DILMAR ABILIO ARCHEGAS — Mat. 041
 GENIR DOS SANTOS FERNANDES — Mat. 199
 ISaura BUENO — Mat. 204
 JACYRA MACHADO BINI — Mat. 208
 JOANA DE BIASIO DA CUNHA — Mat. 443
 JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO - 265
 JOSINA PEREIRA JANJÃO — Mat. 157
 LADY CUNHA — Mat. 444
 LAERTES LUIZ FOGGIATO — Mat. 456
 LAURO ALCÂNTARA MARTINS — Mat. 126
 LIDIA MUCHINSKI — Mat. 487
 LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO - Mat. 437
 LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO — Mat. 129
 MARIA IGNÊSIA CAVALARI FAGUNDES — Mat. 219
 MARIA MENEGUSSO — Mat. 562
 MÁRIO AUGUSTO GUERRA — Mat. 170
 OSVALDO FARIA — Mat. 345
 PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS — Mat. 084
 RAFAEL DE LALA SOBRINHO — Mat. 602
 SILVIO RODOLFO LIEGEL — Mat. 034
 TEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES — Mat. 089
 ZENAIDE SILVA FILPO — Mat. 410

DE 01 A 30 DE JUNHO

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES — Mat. 189
 ANNA CRISTINA SOUZA — Mat. 553
 HELENA REGINA STEPHAN — Mat. 075
 ARACY DA SILVA RUDNIK — Mat. 203
 JULIA JOLINSKI DE PAULA — Mat. 560
 LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL — Mat. 537
 MANRIQUE GÂNDARA FILHO — Mat. 032
 MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA - 104
 MARIA DO ROSÁRIO MARQUES — Mat. 064
 MARIA NEIDE BOZZA STIVAL — Mat. 221
 MARILU FANCHER BECKER — Mat. 438
 MARLENE PERRY GONÇALVES — Mat. 158
 NADIR DE OLIVEIRA SANTOS — Mat. 540
 PEDRO LIBERTI — Mat. 253
 RONALDO BAPTISTA — Mat. 430
 RUBYS DE SOUZA — Mat. 569
 SIOMARA LOPES GOMIDE — Mat. 446
 WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO — Mat. 036
 WALTER JOSÉ PEIXER — Mat. 136

DE 02 A 31 DE JULHO

AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES — Mat. 079
 ALSTON XAVIER DA SILVEIRA — Mat. 372
 ANDRELINA CORREIA ALVES — Mat. 191
 ANTÔNIO CARLOS LACERDA — Mat. 603
 AURORA RIBEIRO GONÇALVES — Mat. 193
 AYRTON COSTA LOYOLA — Mat. 002

CASEMIRO MARQUES — Mat. 529
 DOROTI DA CUNHA WOLKMER — Mat. 088
 EDGAR SANTOS BUQUERA — Mat. 485
 EMA ELY ATANÁSIO RUPP — Mat. 309
 EMILIO MAURO BARBOSA — Mat. 310
 ERNESTO PERACETTA — Mat. 548
 GERSON NEMES — Mat. 506
 HILDA MATHIES BLANC — Mat. 328
 IZAIR PEREIRA FLORES — Mat. 206
 JOANA DE LIMA — Mat. 558
 JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO — Mat. 047
 JOSÉ RENATO DUARTE — Mat. 039
 LELINGTON LOBO FRANCO — Mat. 421
 LEONOR HILGERT MORAES — Mat. 078
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR — Mat. 507
 MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR — Mat. 031
 MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI — Mat. 131
 MARIA HERCILIA CÂMARA CONTER — Mat. 426
 MARIA MOREIRA MACENO — Mat. 220
 NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA — Mat. 541
 ODAHIR COSMOS — Mat. 575
 ODIR GOMES DA ROCHA — Mat. 318
 PAULO DE SOUZA FILHO — Mat. 441
 PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA — Mat. 254
 ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA — Mat. 225
 SEBASTIÃO BUENO — Mat. 576
 SILVIO SEBASTIANI — Mat. 466
 TABAJARA MARTINS — Mat. 073
 VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO — Mat. 366

DE 01 A 30 DE AGOSTO

ACIR VILLATORE — Mat. 364
 ALCEU IVO COSTACURTA — Mat. 040
 ALMIR MONTEIRO — Mat. 383
 ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO — Mat. 094
 CLEA CARNEIRO TEIXEIRA — Mat. 261
 DURVAL DAROS — Mat. 065
 EDOUARD ELIAS THOMÉ — Mat. 024
 ENIO MEDEIROS — Mat. 010
 EUMENIA DE OLIVEIRA — Mat. 469
 FLORIPES ALVES VOSCHI — Mat. 197
 GILBERTO DAROS — Mat. 517
 HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO - 418
 HONÓRIA CORDEIRO — Mat. 201
 HUGO MARTINS KOSOP — Mat. 068
 ILSO ESTEVÃO DE ALMEIDA — Mat. 045
 IVO GUSO — Mat. 264
 JOÃO MARIA SERPA — Mat. 070
 JOSÉ ARY NASSIF — Mat. 272
 JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA — Mat. 574
 JOSÉ PAULO ORTH — Mat. 420
 JOSÉ TAVARES CANTO FILHO — Mat. 101
 LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP — Mat. 049
 MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA — Mat. 214
 MARIA DE LOURDES BIZETO REQUE — Mat. 330
 MARIA DE LOURDES MALTAURO — Mat. 181
 MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOLAWSKI — Mat. 425
 MOISES ABDALA MAGALHÃES — Mat. 316
 PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALES — Mat. 596
 PLINIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES — Mat. 149
 RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA — Mat. 600
 RONALDO LOPES LINHARES — Mat. 086

DE 03 DE SETEMBRO A 02 DE OUTUBRO

ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ — Mat. 188
 ALBERTO CARAZZAI NETO — Mat. 093
 AMAURI SHIMMELPFENG RAMOS — Mat. 280
 ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO — Mat. 095
 BOANERGES DE MENEZES CALDAS — Mat. 268

BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ — Mat. 556
 CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI — Mat. 386
 CELSO APPARECIDO DE CASTRO — Mat. 144
 CLARICE FROIS DE MIRANDA — Mat. 547
 DIMITRYA PIRIH MARANHÃO — Mat. 138
 ELCY DA SILVA BATISTA — Mat. 099
 GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA — Mat. 450
 HENRIQUE WOJCIK — Mat. 460
 HILDA GUIOMAR ARGUELLO — Mat. 452
 IBANEZA SANTOS SALLES — Mat. 122
 IGLAIR SMANIOTTO — Mat. 298
 IVETE HENEQUEN DRANKA — Mat. 155
 IZABEL SANTO ALAYA LAMAU — Mat. 533
 JANET DA SILVA SANTOS — Mat. 338
 JOÃO FARINHAK — Mat. 210
 JOAQUIM MUNHOZ DE MELLO — Mat. 028
 JORGE KUDRI — Mat. 286
 JOSÉ AFONSO COELHO — Mat. 391
 JOSÉ ANTONIO MAINGUÊ — Mat. 368
 JOSÉ CARLOS PEREIRA — Mat. 180
 JOSÉ SUPPLY DE LACERDA — Mat. 314
 LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Mat. 102
 LUIZ LOSSO — Mat. 077
 MACIONILIO SANCHO CAMBUHY — Mat. 177
 MARIA DE LOURDES SANTOS — Mat. 561
 MUSSA JOSÉ ASSIS — Mat. 599
 NEVINHA MARIA CARDOSO — Mat. 595
 ORLANDO SABOTTO — Mat. 591
 ROBERTO DINIZ SATYRO — Mat. 255
 RUTH DE CAMILLO RUSSI — Mat. 296
 SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO — Mat. 433

DE 01 A 30 DE OUTUBRO

ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ — Mat. 508
 ANTÔNIO JOÃO GREBER — Mat. 291
 ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN — Mat. 096
 BOGDANO KARPEN — Mat. 307
 CESAR AUGUSTO AGOSTINHO PINTO NUNES — Mat. 594
 DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA — Mat. 494
 DORIVAL DELAGASSA — Mat. 577
 FERNANDO JOSÉ PUPPI — Mat. 327
 GABRIEL QUESADA FILHO — Mat. 067
 HILÁRIO FREGONEZE — Mat. 026
 ISRAEL DINIZ — Mat. 069
 IZIDORO CECCON — Mat. 071
 JORGE MATHIAS JÚNIOR — Mat. 072
 JOSÉ TARQUÍNIO ISFER — Mat. 125

LEONILDO MARCHIORO — Mat. 376
 LUIZ CARLOS CARON GROSSI — Mat. 464
 MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES — Mat. 217
 NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA — Mat. 014
 NILTON BUSATO — Mat. 317
 ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO — Mat. 495
 RUI FRANCISCO GABARDO — Mat. 605

DE 01 A 30 DE NOVEMBRO

ABIB MIGUEL — Mat. 038
 AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Mat. 355
 ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA — Mat. 111
 ARACY ZECH — Mat. 192
 ARY NATAL CHEMIN — Mat. 297
 AYRTON LUIZ BATISTA — Mat. 061
 CECÍLIA KURECKI STUART — Mat. 530
 DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR — Mat. 042
 EMÍLIO REINOLDO GREBER — Mat. 499
 IONE CHAVES CAPRILHONE — Mat. 337
 LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO — Mat. 212
 LUIZ LIMA — Mat. 504
 MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN
 DO AMARAL — Mat. 293
 MARIA DOLORES TÚLIO BARVICK — Mat. 218
 MARLENE COUTO DE CRISTO — Mat. 175
 MYRTHES MAGDA GOMES — Mat. 106
 NORBERTO HUSCH — Mat. 520
 RAUL WOLF — Mat. 321
 RITA SOARES BERTOLI — Mat. 052
 SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL — Mat. 484

DE 30 DE NOVEMBRO A 29 DE DEZEMBRO

ADAIRTON BORGES DOS SANTOS — Mat. 276
 CELINA BIANCHI — Mat. 153
 CELSO MARIANO DOS SANTOS — Mat. 165
 ÉLDO GEVEZIER — Mat. 056
 ÉROS RUPPEL ABDALA — Mat. 119
 GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA — Mat. 262
 HILTON RONALD ALICE — Mat. 044
 INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA — Mat. 123
 JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Mat. 048
 JULIETA ROSA SAMPAIO — Mat. 472
 NELSON EMÍLIO MARQUES — Mat. 352
 WALTER CID RODRIGUES E SILVA — Mat. 435

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de dezembro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY
 Diretor Geral